



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Serviços Compartilhados  
Diretoria de Gestão Estratégica  
Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados  
Câmara Temática de Tecnologia da Informação

ATA DE REUNIÃO

Ao décimo primeiro dia do mês de julho do ano de 2024, às 10:00 horas, na sede do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, no Salão Nobre, 9º andar, do Bloco K da Esplanada dos Ministérios, Brasília, DF, bem como por meio digital, na Plataforma Microsoft *Teams*, realizou-se a 2ª Reunião da Câmara Temática de Apoio à Governança de Serviços Compartilhados de Tecnologia da Informação, sob a Presidência do Diretor de Tecnologia da Informação, Sr. Rogério Gabriel Nogalha de Lima, com o comparecimento de representantes, conforme lista de presença anexa (43587961).

O Presidente iniciou a reunião cumprimentando os presentes e após apresentar os itens da pauta, iniciou a abordagem do primeiro tópico, do qual destacou a aprovação dos documentos aprovados na última reunião do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação - CGDSI: o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, o Modelo de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e o Plano de Dados Abertos. Em seguida, para maiores detalhamentos sobre o tema, passou a palavra para a Coordenadora-Geral de Inteligência e Governança Digital da Diretoria de Tecnologia da Informação do MGI, Sra. Rachel Oliveira Correa, a qual esclareceu que a construção do PDTI do MGI foi realizada coletivamente e de forma que servisse como modelo para os demais órgãos assistidos no âmbito do ColaboraGov. Sobre o Modelo de Governança, esclareceu que tratava-se de uma Resolução do extinto Ministério da Economia e, que, para adequar-se à estratégia do MGI, foi feita uma revisão observando os princípios e valores desse novo Ministério, com vistas à promoção da inovação e da eficiência operacional. Encerrando esse tópico, esclareceu que o Plano de Dados abertos foi desenvolvido pela Ouvidoria, não pela TI, mas por se tratar da mesma instância de Governança, achou-se importante compartilhar com os membros desse Colegiado. Esclareceu, ainda, que os links para acesso a esses documentos estão na apresentação dessa reunião, compartilhada a todos os presentes.

Dando continuidade, a Sra. Rachel Correa introduziu o segundo ponto da pauta, lembrando que o tema Arquitetura Organizacional havia sido abordado na reunião anterior, pela consultora Karoll Haussler Ramos, que demonstrou a importância dessa metodologia para melhoria da gestão dos recursos da área de TI. Informou também sobre a página da DTI, no Sharepoint, para a Arquitetura Organizacional, onde constam todos os elementos que estão sendo desenvolvidos para a Diretoria, e sobre uma capacitação nesse tema que será oferecido aos órgãos do ColaboraGov. Na sequência, passou a palavra para a Coordenadora de Arquitetura Organizacional da DTI, Sra. Ivelise Carla Vinhal Lício, que além de dar mais esclarecimentos sobre a capacitação, tratou sobre o portfólio de soluções digitais, para o qual foi realizado um levantamento/diagnóstico, identificando cerca de 230 soluções. Esclareceu, ainda, que esse portfólio será disponibilizado no Sharepoint e que todos os órgãos serão contemplados. Encerrando sua fala, colocou-se à disposição para dúvidas e passou a palavra ao Diretor de TI, Sr. Rogério Nogalha de Lima, que solicitou a abertura da página do Sharepoint e mostrou com maiores detalhes o que já estava em andamento no âmbito da DTI nessa temática, esclarecendo que o objetivo é iniciar no MGI e ampliar para todos, de modo que seja possível ter uma visão global de todas as soluções de TI, conhecendo quais são os projetos, processos, os dados, os donos desses dados, e, com isso, ao surgir a necessidade de uma nova solução, ser possível identificar soluções similares no âmbito da Rede. A Sra. Ana Paula Bruno, Diretora do Departamento de Modernização e Inovação da SPU, questionou como está sendo estruturada essa capacitação e quais os órgãos participantes. O Diretor passou a palavra para a Sra. Ivelise Vinhal Lício que

esclareceu que serão formadas duas turmas, as quais serão divididas considerando o conhecimento sobre o assunto, que será avaliado a partir de um formulário que será disponibilizado aos representantes de cada órgão. O treinamento acontecerá provavelmente entre duas ou três manhãs alternadas, mas será repassado um comunicado com maiores detalhes.

Após esclarecidas as dúvidas, passou-se para o próximo tópico, que foi abordado pelo Coordenador-Geral de Contratos e Aquisições em TI, Sr. Uender Ferreira Amaral, que discorreu sobre os contratos e aquisições vigentes. Em sua fala, apresentou as contratações em vários estágios: os já assinados, os que aguardam assinatura, aqueles com PCTI encerrado e os em elaboração, bem como os que ainda vão iniciar, mas que já foram priorizados. Destacou também projetos críticos, como: Microsoft 365, Design Gráfico, Anti-Malware, Videoconferência, Switch Core e redes sem fio, e consultoria Gartner. Sobre o Gartner, esclareceu que estão sendo unificados todos os contratos Gartner no MGI e no ColaboraGov e que se está na fase de levantamento, buscando assinar o contrato antes de dezembro, que é quando encerra a vigência do contrato da DTI. De qualquer forma, esse contrato da DTI pode ser prorrogado por igual período. Nesse sentido, estão sendo, por precaução, realizadas as ações para a prorrogação e fechando o objeto para a nova contratação. No processo SEI que está destacado na apresentação, estão sendo coletadas essas demandas. Nesse mesmo processo foi encaminhado um ofício circular para que todos se manifestem acerca das necessidades e possam ser atendidos. Encerrada sua apresentação e aberto espaço para perguntas, a Sra. Ana Paula manifestou uma preocupação sobre os órgãos retardatários e o Sr. Uender esclareceu há flexibilidade para o contrato, uma vez que se espera um aumento da rede ColaboraGov, considerando modelos que se ajustem a essa realidade, desde que justificados. Aqueles contratos que não forem possíveis seguir esse modelo, tendo uma demanda de maior vulto, poderão ser aditivados. De qualquer modo, os contratos estão sendo conduzidos para que todos sejam atendidos. Não havendo mais questionamentos, o Presidente tomou a palavra e alertou que para o formato desse contrato em negociação com a Gartner tem sido uma exigência da empresa que a utilização dos licenciamentos seja de no mínimo um ano. O modelo a ser contratado permite ter um aconselhamento diretamente com o Gartner, por meio de um consultor, ou apenas o acesso à biblioteca e às documentações, havendo para cada caso diferença de valores que serão divulgados posteriormente. A proposta é viabilizar para toda rede ColaboraGov, por meio de Ordem de Serviço, acesso ao serviço de consultoria do Gartner. Concluiu ressaltando que esse é o papel da DTI: fornecer essas contratações, por meio de um trabalho extenso e detalhado, para que todos tenham acesso aos serviços depois de contratado, liberando-os para uma atuação mais negocial, enquanto a DTI estará à disposição entregando e fornecendo os produtos e os serviços que a Rede necessita.

Não havendo mais questionamentos, foi passada a palavra ao Sr. Rodrigo de Oliveira Alves, Coordenador de Projetos de Solução de TI da DTI, na substituição do Coordenador-Geral de Plataformas e Soluções Tecnológicas, para tratar sobre modelo de uso do serviço de desenvolvimento de software. Nesse tópico, foram apresentadas as fábricas de software contratadas, os critérios de atendimento, as ferramentas de gestão e controle, ferramenta Scrum para aplicação da agilidade, o modelo de gestão das ordens de serviço e os meios para aumentar a eficiência na disponibilização de equipes técnicas. Finalizada a apresentação, o Sr. Clelson Salles Rodrigues, Coordenador de Tecnologia da Informação do Ministério das Mulheres, perguntou sobre o acesso ao Portal de Projetos. O Sr. Rodrigo Alves esclareceu que a demanda é feita em formulário público e que o link está disponível na apresentação desta reunião. Além disso, esclareceu que dentro do portal foi criado páginas seccionais para todos os órgãos, de modo que cada órgão possa fazer seus registros e acompanhar o andamento desses projetos. Questões relacionadas ao cadastro de usuários ou alteração de senhas para acesso ao painel, podem ser realizadas diretamente com a área de Soluções da DTI. O Sr. Clelson Rodrigues também solicitou esclarecimentos sobre limitações para demandas de áreas meio. Sobre isso, foi esclarecido pelo Sr. Rodrigo Alves que qualquer aplicação de desenvolvimento para área meio é, à princípio, vedada, salvo haja uma autorização expressa do órgão central. Essa medida visa proteger a Administração Pública Federal de um eventual desperdício de recurso, tempo e verbas públicas, no desenvolvimento de soluções redundantes. Concluindo esse ponto da pauta, o Diretor de TI reforçou que a Diretoria entrega uma plataforma com serviços, voltados para o desenvolvimento, cabendo destaque à vinculação do processo de engenharia de software com a fiscalização.

Por fim, passou-se para o último ponto da pauta, referente ao PPSI. Sobre essa questão, o Diretor informou que o MGI responde uma parte dele, daquilo que o Ministério está à frente no processo e orienta os órgãos no preenchimento daquilo que cabe a cada um. A Sra. Ivelise Vinhal Lício complementou

que a DTI está trabalhando na revisão do 2º Ciclo e no planejamento do 3º ciclo do PPSI. Assim que finalizado, será encaminhado aos órgãos da rede ColaboraGov para conhecimento.

Finalizados os pontos da pauta, o Presidente disponibilizou um formulário digital para avaliação da reunião. Além disso, destacou a presença de mais de 50 pessoas na reunião, agradecendo o empenho. Ressaltou que o trabalho da DTI é buscar ser transparente, agilizar na entrega de serviços e colocou toda a equipe da Diretoria à disposição da Rede.

Antes de encerrar, o Diretor abriu para dúvidas e o Sr. Bruno de Freitas Tavares da Silva se manifestou no chat, questionando para a área de soluções, em média, quanto tempo leva todo o processo do diagnóstico e, após o aceite, quanto tempo para começar o desenvolvimento de fato. O Sr. Rodrigo Alves respondeu que a duração do processo de diagnóstico depende mais da área de negócio do que da TI, já que eles têm que levantar algumas informações fundamentais para o início, mas que a média é de um a dois meses. Sobre a data de início, esclareceu que, havendo disponibilidade de algum time, o início é imediato. Não havendo, deve-se aguardar a finalização de outro projeto para realocação da equipe.

Como extra-pauta, o Diretor pontuou sobre o Sistema Petrvs, do Programa de Gestão e Desempenho, esclarecendo que em termos contratuais, a produção do sistema e a manutenção para o ColaboraGov é pela Dataprev. O valor estimado é de R\$ 8,33 por usuário/mês. Caso algum Ministério dentro do ColaboraGov deseje fazer todo o trabalho de instanciação e de implantação com recursos próprios, pode fazer também, mas essa é a solução contratual dada pelo MGI. O ambiente já está pronto, mas necessita de configurações para utilização do sistema, questões normativas e regulamentares, como a migração dos dados de pessoas para esse sistema e a necessidade de que cada órgão assine, junto à Ministra, reconhecendo o Programa de Gestão. A Diretoria de Gestão de Pessoas conduzirá esse processo dentro do ColaboraGov e entrará em contato orientando sobre essas questões por meio de ofício. Eventualmente, alguma etapa de configuração será feita pelas Secretarias de Gestão e Inovação - SEGES. Nesse momento, o Sr. Douglas Pereira Lucas, Chefe da Divisão de Tecnologia e Informação do Ministério do Esporte, questionou sobre um prazo que foi dado aos órgãos relacionado a esse sistema e o Sr. Hugo César de Paula Rezende respondeu que a prorrogação desse prazo já está sendo avaliado dentro da SEGES.

Não havendo mais questionamentos e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Sued de Souza Lima Evangelista, lavrei a presente Ata.



Documento assinado eletronicamente por **Sued de Souza Lima Evangelista, Assessor(a)**, em 07/08/2024, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gabriel Nogalha de Lima, Diretor(a)**, em 20/08/2024, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **43588054** e o código CRC **1374B618**.